

‘Crise política precisa de solução a médio prazo’

Rui disse que o país requer ‘previsibilidade’ para fazer travessia até as próximas eleições

GUILHERME REIS
SUBEDITOR

O governador Rui Costa (PT) desconversou sobre as delações premiadas dos donos do grupo JBS, que quase levaram, na última semana, à renúncia do presidente Michel Temer (PMDB). O petista preferiu não se posicionar nem dizer quem seria um candidato forte em eventuais eleições diretas. “Eu não quero especular nomes aqui. O PT, os movimentos sociais têm uma posição clara pelas diretas já. Eu estou dialogando por telefone com outros governadores. Estamos trabalhando para ter uma reunião até a semana com vem, onde possamos ter uma posição de maior número de governadores. Como estou articulando essa reunião, se eu encampar publicamente uma posição, acho que perco essa possibilidade de aglutinar essa posição”, disse, afirmando que, apesar disso, tem uma opinião formada.

De acordo com o petista, a crise política que avança agrava ainda mais a situação econômica do país, e mencionou a relutância de o empresário estrangeiro em investir na Bahia por conta das incertezas que se pintam no cenário nacional. “Acho que o país aprofunda sua crise. Eu entendo que é preciso que o país tenha governabilidade, que o país tenha confiança. Essa insegurança tem paralisado o país e parado as decisões de investimento, seja do capital nacional, seja do internacional. Isso é péssimo para o país, para a população. Então, precisamos ter uma solução a médio prazo que acene para a estabilidade até dezembro de 2018”, assinalou.

Rui também defendeu que medidas para contornar a crise sejam tomadas com urgência, e deu o exemplo de eleições diretas para presiden-

te e governador. “Precisamos ter uma solução que dê previsibilidade ao país, que consiga fazer essa travessia até as eleições do ano que vem. Eu topo qualquer solução, até ter eleições diretas e todo mundo abreviar o seu mandato. Até eu topo. Quem ama o Brasil, quem de fato está na política por amor às pessoas, não pode ter apego ao cargo. Se a eleição for antecipada, eu topo abreviar o meu mandato porque acima dos meus interesses políticos estão os interesses do povo baiano e brasileiro. Estou propondo uma reunião com os governadores para discutir uma solução para o Brasil”, frisou.

Em evento na Secretaria de Infraestrutura da Bahia (Seinfra), no Centro Administrativo da Bahia (CAB), o petista também negou que tenha o Planalto em vista, o que foi aventado por petistas recentemente. “Eu sou candidato, se Deus permitir, à reeleição ao governo do Estado da Bahia. Eu acho assim: quem muito abraça, pouco aperta. Eu quero abraçar e apertar os prefeitos e as lideranças da Bahia e ser candidato à reeleição”, completou.



RUI COSTA comentou a gravidade da crise política e econômica, mas evitou falar sobre o que espera do cenário eleitoral no Brasil em 2018

“A Bahia não se deixará asfixiar pela crise”, garante

“A Bahia não ficará de joelhos e não se deixará asfixiar pela crise. Nós continuaremos de pé e sendo admirados no país inteiro”. A frase do governador Rui Costa foi um dos destaques do discurso realizado ontem durante a formalização de parceria com 126 municípios baianos para a recuperação de 3 mil quilômetros de rodovias. “Muitos se perguntam como é que eu estou conseguindo fazer tanto com tão pouco e tão rápido.

Não há segredo, apenas muito trabalho. Juntos nós vamos superar as dificuldades e haveremos de orgulhar muito o povo da Bahia”, afirmou.

Mais três mil quilômetros de estradas serão recuperados por meio de oito consórcios formados por 126 municípios baianos. De acordo com Rui, o Estado decidiu investir neste modelo de consórcios por ser mais barato para os municípios. “Nós já estamos avan-

çados com os consórcios de saúde e agora pretendemos avançar com esses de infraestrutura. Queremos aumentar o número de máquinas nesse processo e contratar os consórcios também para realizar pequenas intervenções dentro das cidades, como reparo de asfalto, por exemplo. O custo desse modelo é muito menor e, por isso, podemos atender mais municípios e, conseqüentemente, beneficiar mais pessoas”, explicou.

Aliados costuram “acórdão” para definir era pós-Temer

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O presidente Michel Temer (PMDB) está cada vez mais acuado pela base aliada diante da pressão popular e da imprensa após a delação premiada do empresário Joesley Batista, da JBS. Governistas avaliam que a situação está ficando insustentável. Com a proximidade das eleições de 2018, muitos parlamentares temem a perda de capital político por continuarem apoiando a gestão durante a crise. Nos bastidores, aliados já costuram um “acórdão” para definir como ficaria o Brasil após a mudança no Planalto (sem trazer ainda mais ônus para Temer). Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo, a avaliação está no sentido de contar com a cassação da chapa eleita em 2014 pelo Tribunal Superior Eleitoral. O consenso é que a decisão resolveria o impasse institucional e livraria

o presidente da “confissão de culpa”.

Apesar das conversas estarem bastante avançadas, diante do microfone, aliados continuam tentando passar a imagem de que o governo tem uma base coesa. O deputado federal José Carlos Aleluia (DEM-BA) afirma que os governistas continuam trabalhando para dar amplo apoio a Temer: “Não, não. Não estamos planejando [o desembarque], estamos apoiando o governo. Nós estamos trabalhando para isso”, assegura à *Tribuna*. O parlamentar ameniza as ações da base aliada, que tenta travar qualquer tipo de votação de interesse do Governo. “Isso é normal no Parlamento, está um pouco exagerado, mas é do Parlamento”, acredita. Ele considera que o clima entre os deputados está “estável”. “Nós temos o Congresso, que tem que continuar votando o que interessa ao país. Os problemas do

Executivo têm que ser resolvidos com o Judiciário. Nós temos a independência entre os poderes. Cada poder trata do seu papel”.

Questionado, Aleluia comentou ainda as manifestações do senador goiano Ronaldo Caiado (DEM) que defende a renúncia imediata do presidente: “O senador já estava contra o presidente Temer. Há muito tempo ele vem fazendo oposição ao governo. É uma posição isolada dele”. O nome do sucessor de Temer e a forma como ele será eleito também é pauta entre os parlamentares. Por enquanto, os partidos trabalham com o cenário constitucional, que prevê eleição indireta 30 dias depois da saída de Temer. “Existe muita especulação e indefinição, mas o mais importante nesse momento é manter a estabilidade do país e o perfeito funcionamento das instituições”, afirma o deputado Paulo Azi (DEM-BA) à *Tribuna*.



ALELUIA afirma que os governistas continuam trabalhando para dar amplo apoio a Temer

Câmara de Salvador aprova 114 projetos de autoria dos vereadores

GUILHERME REIS
SUBEDITOR

A Câmara Municipal de Salvador aprovou 114 proposições de autoria dos vereadores, durante a sessão ordinária da tarde ontem, no Plenário Cosme de Farias. Foram referendados pelos legisladores 22 projetos de lei, 72 indicações, sete moções e seis requerimentos. Entre as propostas aprovadas, o Projeto de Lei nº 216/17, de autoria do vereador Sabá (PV), que obriga a disponibilização das agências bancárias e instituições financeiras a manterem profissionais de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para viabilizar a comunicação com pessoas que têm deficiência auditiva em Salvador.

Outra proposição referendada pelos vereadores (Projeto de Lei nº 15/17) presta reconhecimento a participação feminina em prol das mudanças sociais e políticas. A proposta de Lorena Brandão (PRB) visa igualar a proporção entre homens e mulheres na escolha de nomes a serem colocados em ruas, praças, prédios e logradouros públicos de Salvador. Rogéria Santos (PRB) foi a legisladora que mais teve propostas aprovadas. As 37 indicações, os sete projetos de lei, as duas moções e uma resolução, de autoria da vereadora, somaram 47 proposições referendadas por unanimidade.



FORAM referendados pelos legisladores 22 PLs, 72 indicações, 7 moções e 6 requerimentos

Após a votação dos projetos, o presidente da Câmara, vereador Leo Prates (DEM), ainda promulgou dois atos: a Resolução nº 2.571/2017, para conceder o Título de Cidadã da Cidade do Salvador a Flora Gil, e a Resolução nº 2.572/2017, que trata sobre as concessões de honrarias pelos vereadores. A partir de agora, cada legislador pode oferecer, no máximo, três homenagens por ano, entre as seis homenagens que têm direito por mandato. Anteriormente, os edis só podiam conceder até duas honrarias por ano.

Prefeitura recorre contra decisão do TJ-BA sobre ITIV

DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Salvador decidiu recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) da decisão do Tribunal de Justiça da Bahia de suspender, em caráter liminar, a cobrança antecipada do ITIV (Imposto de Transmissão Inter Vivos). Segundo o secretário municipal da Fazenda, Paulo Souto, caso seja confirmada (o mérito da ação não foi julgado), a medida provocará sérias consequências nas receitas da Prefeitura. “Com a suspensão, qualquer melhora do mercado imobiliário com o lançamento de novos projetos somente vai refletir nas finanças municipais a partir de dois ou três anos”, disse o secretário. De acordo com Paulo Souto, o ITIV resultante de lançamentos imobiliários foi responsável pela arrecadação de R\$ 225 milhões entre 2013 e 2016, o que demonstra a importância deste imposto para as finanças da cidade. “Infelizmente, a decisão do Tribunal terá reflexos imediatos diretos e negativos sobre as aplicações em educação e saúde, que têm recursos vinculados à arrecadação de impostos”, afirmou Souto. O secretário disse, ainda, que a suspensão antecipada da cobrança do ITIV vai obrigar a Prefeitura a efetuar uma nova revisão no Or-

çamento e, conseqüentemente, uma nova adequação nos investimentos.

Paulo Souto também ressaltou que a suspensão da cobrança antecipada do ITIV acontece simultaneamente com a recessão que o Brasil atravessa há três anos. “A Prefeitura, na atual gestão, fez um grande esforço para a manutenção do seu equilíbrio fiscal e, com isso, pôde realizar centenas de obras que mudaram o perfil de Salvador. No entanto, a Prefeitura não pode se responsabilizar por fatores externos que interferem sobre suas finanças”.

Já o vereador Sidninho (Podemos) comemorou ontem a decisão do Tribunal de Justiça que aprovou a medida cautelar para suspender a cobrança antecipada do ITIV. A cobrança incide sobre imóveis comprados na planta e terminava penalizando o consumidor soteropolitano, que era obrigado a pagar mesmo sem saber se iria ficar com a unidade ao final da construção. “O Executivo municipal agora entendeu a mensagem. Não adianta querer tratar de qualquer jeito matérias como essa que termina esbarrando na Justiça. Assim como foi com o ITIV será com o IPTU que teve reajuste e é inconstitucional”, disse o edil.